

Área: CIÊNCIAS HUMANAS

Projeto: CULTURA POLÍTICA, REDES SOCIAIS E RELAÇÕES DE PODER NO BRASIL IMPERIAL (1822-1889).

Autores: RAFAEL FREITAS DIAS (XXII PIBIC/XXVI BIC/UFJF); SILVANA MOTA BARBOSA (ORIENTADOR).

Resumo:

Quando se trata de discutir o processo de formação do Estado e da nação no Brasil imperial, a questão que se coloca, e segue ocupando a historiografia brasileira, seria compreender como a monarquia e as instituições de governo que então se instalavam no país alcançaram a força e legitimidade necessárias para unificar o território, impondo-se sobre os antigos poderes locais, as diversas resistências regionais e as tradicionais redes sociais e econômicas, que traduziam interesses e projetos distintos, dada, inclusive, a heterogeneidade dos diferentes grupos que compunham a sociedade colonial. Trata-se, portanto, de investigar como essa nova estrutura de poder, do ponto de vista político, jurídico e institucional, tornou possível o desenvolvimento de uma autoridade central que conduziu o processo de construção e fortalecimento da autonomia brasileira, baseado no modelo de uma monarquia constitucional.

Como se trata de um projeto coletivo, optamos por apresentar uma de suas facetas, que é aquela relacionada ao estudo do processo eleitoral. O objetivo desta pesquisa, ainda em andamento, é analisar a interpretação veiculada na imprensa da Corte pelos Conservadores e Liberais sobre a lei eleitoral de 19 de Setembro de 1855. Conhecida como Lei dos Círculos, tal lei lançou o voto distrital nas províncias do Império Brasileiro.

A Lei de Círculos foi promulgada pelo Gabinete da Conciliação (1853-1857), chefiado por Honório Hermeto Carneiro Leão (Marquês de Paraná), e que além desta reforma eleitoral também levou a diante uma importante reforma judiciária. Já a Lei de agosto de 1860 veio mudar alguns “inconvenientes”, como o deslocamento dos interesses gerais da nação para os interesses da chamada “notabilidades da aldeia”, alargando os círculos que passaram a eleger três deputados ao invés de um, o que em teoria iria restabelecer o controle do governo central sobre as províncias.

Buscamos identificar o posicionamento político expresso nos periódicos ou, especificamente, identificar como liberais e conservadores avaliaram o impacto desta lei para o sistema representativo no Império. O tema das eleições e reformas eleitorais sempre foi muito caro aos parlamentares e teóricos do Império, visto que os mesmos sempre estiveram preocupados sobre as suas funções, preocupação esta que concernia saber se o papel dos parlamentares estava indo de encontro com as funções do sistema representativo.

A fonte central desta pesquisa é a imprensa da Corte entre 1850 e 1860. Especificamente os três grandes jornais da época: *Jornal do Comércio*, *Correio Mercantil* e *Diário do Rio de Janeiro*.